



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10644 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

POLÍTICAS PARA A ALFABETIZAÇÃO PRESENTES NO RELATÓRIO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS – RENABE

Lucilene Amarante - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Jani Alves da Silva Moreira - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Paula Gonçalves Felício - UEM - Universidade Estadual de Maringá

POLÍTICAS PARA A ALFABETIZAÇÃO PRESENTES NO RELATÓRIO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS – RENABE

O texto tem como propósito analisar o Relatório Nacional da Alfabetização Baseada em Evidências – RENABE (BRASIL, 2020), elaborado pelo Ministério da Educação - MEC, a fim de identificar e analisar quais categorias políticas são propaladas por este documento para a alfabetização das crianças brasileiras. O Relatório integra os pilares conceituais da Política Nacional de Alfabetização – PNA (BRASIL, 2019), assim, indagamos: quais as categorias políticas propostas no RENABE (BRASIL, 2020) para a aprendizagem da leitura e da escrita dos sujeitos em processo de alfabetização?

Para dar conta da problemática, adotamos como metodologia a análise documental e bibliográfica, uma vez que, conforme apontam Evangelista e Shiroma (2019), este procedimento analítico considera os documentos oficiais como a empiria que possibilita a compreensão da intencionalidade que há em suas entrelinhas, desvelando, desta forma, os diversos aspectos de um discurso político que se faz presente no processo de formulação e implementação da política educacional.

Partimos da premissa de que, no Brasil, a partir da década de 1990, as escolas públicas estão a se efetivar em um cenário de homologação das políticas públicas que anunciam o discurso para melhoria nos índices de alfabetização dos sujeitos. Trata-se de um discurso que se pauta em formar para a empregabilidade. Nestes termos, a alfabetização atrela-se à necessidade de demandas mercadológicas advindas dos diversos movimentos e interesses do capital. O discurso entre a amenização da pobreza e a relação entre país desenvolvido e país alfabetizado, está a prevalecer nos documentos oficiais de uma agenda global para a

educação, que reverbera no Brasil, mediante o alinhamento dos governos neoliberais com tais diretrizes.

A perspectiva neoliberal defende que à escola cabe formar os sujeitos para serem subservientes às diversas demandas que o mundo do trabalho exige. Antunes (2020) delata que o processo de flexibilização do mundo do trabalho movido por interesses do capitalismo acentua as condições de miséria. Essa flexibilização resulta em trabalhos temporários, com remuneração salarial insuficiente, perda dos direitos trabalhistas, terceirização, informalidade e, conseqüentemente, uma precarização do trabalho, acentuando as condições de desigualdades.

Salientamos que em decorrência da pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, agravou-se a situação de vulnerabilidade da classe trabalhadora perante um governo federal ausente, omissivo e que pouco contribuiu para a melhoria das circunstâncias. No tocante a esta assertiva, Pedralli (2022) afirma que a ausência do governo brasileiro perante o cenário pandêmico “[...] significou assumir a secundarização do apreço à vida e da dimensão de humanidade, da nossa condição humana” (PEDRALLI, 2022, p. 45). O aumento da desigualdade social e educacional frente a essa realidade causou deformidades e atrasos, em especial, à alfabetização dos estudantes.

No tocante à alfabetização, especificamente, com o contexto pandêmico e de crise econômica e sanitária, o analfabetismo aumentou entre os sujeitos das classes sociais menos favorecidas, o que ocasionou em um aumento de pessoas que não conseguiram apropriar-se dos conhecimentos da linguagem escrita, uma vez que, as instituições escolares tiveram que adaptar-se ao ensino remoto para atender os estudantes. De acordo com o Fundo da Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o percentual de crianças que não tiveram acesso à educação chegou a 41% de crianças entre 6 e 10 anos que não tiveram acesso à educação (FUNDO DA NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2021). Esses índices advertem e sinalizam para a perpetuação de uma exclusão cultural e marginalização social em relação às crianças.

Consideramos que a preocupação com a alfabetização em países como o Brasil tem relação direta com a preocupação de produzir índices que comprovem seu desenvolvimento e o combate à pobreza. Os índices de analfabetismo definem os investimentos de capital, seja para produzir ou para comercializar: “[...] a alfabetização é vista como um importante enunciador dos níveis de desenvolvimento, de diminuição das desigualdades sociais e de pobreza” (GONTIJO, 2014, p.11).

Apesar das diversas estratégias direcionadas pelo Estado à alfabetização, no intuito de amenizar o problema do analfabetismo, preconizamos que muitos desafios ainda persistem. Entre eles, destacamos que a ruptura e descontinuidade de políticas públicas. No caso de políticas específicas para este campo, Mortatti (2012, p. 9) compreende que a ruptura e descontinuidade fundamenta-se, principalmente, nas “[...] urgências políticas e sociais de

nosso país” que condicionam à alfabetização aos ditames de índices e resultados mensurados pelas avaliações externas.

A saber, Saviani (2020) assevera que muitos países já venceram o analfabetismo e viabilizaram a alfabetização aos seus cidadãos, porém, alerta que, no Brasil, ainda há um longo caminho a trilhar para que esse direito social (BRASIL, 1988) se efetive: “[...] E, assim, o Brasil vai avançando pelo século XXI adiando a solução que os principais países resolveram entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XXI” (SAVIANI, 2020, p. 3). Entendemos que as diversas singularidades que agregam às realidades das escolas em suas condições econômicas, sociais e culturais devem ser consideradas pelo Estado ao pensar em uma política que almeje a aprendizagem da linguagem escrita a todos os estudantes.

Diante do exposto até aqui, destacamos a Política Nacional da Alfabetização – PNA (BRASIL, 2019), implementada pelo Ministério da Educação a partir do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. A PNA (BRASIL, 2019) a qual agrega como uma de suas estratégias a realização da Primeira Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências – CONABE (BRASIL, 2019), sendo que, o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências – RENABE (BRASIL, 2020) é o documento oriundo dessa Conferência.

É coerente afirmar que, o RENABE (BRASIL, 2020) tem como foco “[...] sintetizar o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização com vistas a melhorar a qualidade das políticas públicas e as práticas básicas de ensino de leitura, escrita e matemática no Brasil” (BRASIL, 2020, p. 25). Nesse sentido, sua intenção maior é dispor um documento oficial orientativo para os professores aprimorarem suas práticas no cotidiano escolar diante de diversas obras que retratam conteúdo das ciências cognitivas. Todavia, não podemos deixar de observar que as proposições que envolvem a PNA (BRASIL, 2019) e todas as suas estratégias para alcançar a plena alfabetização dos sujeitos, se caracterizam como reducionistas e negacionistas, no qual “[...] privilegiam um discurso único de ciência e negligenciam o pluralismo de ideias [...]” (NOGUEIRA; LAPUENTE, 2022, p. 119).

Conforme consta no documento, o Relatório está estruturado em dez capítulos e subdividido em três partes, assim sintetizados: (I) fundamentos sobre aprendizagem e desenvolvimento da leitura, escrita e matemática; (II) ensino e avaliação; (III) análise de documentos curriculares, legislação e políticas públicas. Além disso, ainda apresenta recomendações para o planejamento de políticas públicas, práticas de ensino e de avaliações confrontando orientações de relatórios brasileiros com os relatórios de diversos países norteamericanos (BRASIL, 2020).

Apresentamos, em especial, as análises decorrentes da primeira parte do Relatório, a qual é subdividida no documento com os capítulos, assim intitulados: (1) Ciências Cognitivas e pesquisas translacionais em alfabetização; (2) A neurobiologia da leitura e da escrita; (3) Como as crianças aprendem a ler e a escrever em Português do Brasil; (4) Numeracia e

Literacia: Como associar o ensino e aprendizagem da matemática básica com a alfabetização? A escolha pela análise das proposições da primeira parte do RENABE (BRASIL, 2020) justifica-se por apresentar concepções importantes para a compreensão dos direcionamentos do MEC para com a aprendizagem e desenvolvimento da leitura, escrita e matemática.

O primeiro capítulo anunciado como “Ciências Cognitivas e pesquisas translacionais em alfabetização” (BRASIL, 2020) diz respeito ao levantamento de pesquisas que discorrem sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever por meio das ciências cognitivas. O adensamento das afirmativas no referido capítulo se assenta unicamente sob a defesa de que os mecanismos cerebrais são os maiores responsáveis para que se aprenda os conteúdos de alfabetização. Em contraposição ao RENABE (BRASIL, 2020), consideramos que as ideias defendidas por Vigotsky (2000) anunciam a escrita como um instrumento simbólico de comunicação, de valor cultural e que o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem dessa linguagem é socialmente construído, isto é, a alfabetização é um processo cultural em que o sujeito se apropria socialmente de um sistema de representação (VIGOTSKY, 2000).

Avançando nesta discussão, o segundo capítulo intitulado “A neurobiologia da leitura e da escrita” apresenta uma revisão de literatura neurocientífica que converge com pressupostos apresentados no primeiro capítulo. Verificamos alguns excertos os quais são recorrentes e propalam: “plasticidade neural”, “sinapses”, “redes neurais”, “áreas cerebrais”, “cérebro”, “anatomia cerebral”, “funcionamento cerebral”, “neurodesenvolvimento” (BRASIL, 2020). Esses excertos representam orientações semelhantes ao tratamento dado ao processo de apropriação da escrita em que as pesquisas focalizam exclusivamente o desenvolvimento anatômico do cérebro do sujeito como responsável pela aprendizagem, contudo, corroboramos com Frade (2022, p. 61) quando afirma que “[...] o campo de estudos sobre a alfabetização precisa ser acrescido de dimensões da economia, da antropologia, da sociologia, da história, dos estudos demográficos, da linguística, entre outros campos”.

No que tange ao terceiro capítulo “Como as crianças aprendem a ler e a escrever em Português do Brasil”, um aspecto importante a destacar é que neste capítulo ocorre a prescrição de fases de aprendizagem as quais ignoram os estudos de Ferreiro e Teberosky (2007) em que defendiam que o ensino focaliza como a criança aprende. No Brasil, por volta dos anos de 1980, essa ideia foi fundamental para a superação da questão dos métodos tão arraigada nas escolas públicas. Em suas pesquisas, Ferreiro e Teberosky (2007) procuraram compreender que o aprendizado do sistema de escrita não se reduz ao domínio de correspondências grafo-fonêmicas, mas se caracteriza como um processo ativo no qual a criança, desde seus primeiros contatos com a escrita, constrói e reconstrói hipóteses sobre as especificidades da língua escrita, as quais representam um objeto socialmente construído (FERREIRO; TEBEROSKY, 2007).

Por fim, o capítulo quatro da primeira parte do RENABE (BRASIL, 2020) “Numeracia e Literacia: Como associar o ensino e aprendizagem da matemática básica com a

alfabetização? apresenta a aprendizagem dos conceitos matemáticos é associado à empregabilidade e renda “As profissões que demandam mais habilidades matemáticas remuneram melhor” (BRASIL, 2020, p. 124). Concebemos que a aprendizagem da matemática para crianças no processo inicial de escolarização caracteriza-se como uma linguagem historicamente produzida, conforme afirma Caraça (1989), a matemática é: “[...] um organismo vivo, impregnado de condição humana, com as grandes necessidades do homem na sua luta pelo entendimento e pela libertação [...]” (CARAÇA, 1989, p.13). Assim, para além da ideia reducionista de empregabilidade, aprender os conceitos matemáticos significa aprender uma linguagem humana.

Verificamos que as ideias fundantes da Primeira parte do RENABE (BRASIL, 2020) trazem concepções para a aprendizagem da leitura e da escrita que se balizam em mecanismos cerebrais. Portanto, centrando-se unicamente neste aspecto, desconsidera a definição política de questões extremamente fundantes para a alfabetização plena dos sujeitos como as interações entre os pares, as condições de trabalho docente, os materiais disponíveis, as condições sociais dos estudantes, a infraestrutura das escolas, dentre outros aspectos que afetam o resultado qualitativo do trabalho e do processo de aprendizagem.

Apesar de assumir o discurso de alfabetização como um direito humano, de forma geral, o Relatório (BRASIL, 2020) expõe que o analfabetismo representa “uma questão político-econômica, pois se desperdiçam recursos públicos, talentos nacionais e capital humano” (BRASIL, 2020, p. 8), o que revela uma análise centrada na culpabilização da gestão do processo educacional. É interessante notar que, atrelar a alfabetização como uma maneira de qualificar mão de obra para aumentar a produtividade no mundo do trabalho e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento econômico do país tem seus fundamentos na Teoria do Capital Humano (Teodore William Schultz) a qual legitima as relações de força e poder. Com isso, à alfabetização é posta como fundamental para que os problemas sociais amenizem, porém, nossa defesa é a de que, ao se apropriar da linguagem escrita, os sujeitos se emancipam e participam efetivamente de uma transformação social e de um mundo mais justo e igualitário.

Não é descabido afirmar que, os pressupostos expostos no RENABE (BRASIL, 2020) sustentam que a alfabetização ocorre por meio de “[...] recomendação de ensino explícito e sistemático de fônica quando se trata de aprender as regras e combinações do sistema alfabético de escrita” (BRASIL, 2020, p. 53). Desta forma, a visão de alfabetização adotado pelo documento em questão orienta para o trabalho com o método fônico, salientando ser o ‘mais eficaz’. Todavia, a partir da teoria que defendemos, Vigotsky (2000) considera que ao aprender a linguagem escrita “[...] o domínio deste sistema complexo não pode realizar-se por uma via exclusivamente mecânica, desde fora, por meio de uma simples pronúncia, de uma aprendizagem artificial” (VIGOTSKY, 2000, p.184).

A análise do RENABE permitiu examinar que as proposições presentes no documento evidenciam que o Estado apresenta subsídios insuficientes para o alcance de uma

alfabetização de qualidade promovendo ainda mais desigualdades sociais e culturais na realidade brasileira. Dessa forma, parece haver uma constante dificuldade de se obter políticas públicas articuladas à realidade escolar, para fortalecimento da formação docente, estrutura administrativa e pedagógica, que conduza à apreensão significativa da linguagem escrita. Moraes (2022, p. 10) destaca que “[...] é possível alfabetizar bem, baseando-se em outras evidências científicas e sem vestir as camisas de força propostas pela “neurociência da leitura” ou pela “ciência cognitiva da leitura”. E, neste sentido, o RENABE (BRASIL, 2020) acaba por representar uma política estranha aos professores alfabetizadores, que em pouco contribui no planejamento da aprendizagem e do seu processo. O Relatório (BRASIL, 2020) desconsidera as diversas pesquisas históricas que se efetivaram no Brasil por pesquisadores brasileiros renomados que são referência na área e que se dedicaram ao estudo da teoria e da prática docente alfabetizadora, no qual defendem a efetiva alfabetização dos sujeitos que devem estar inseridos no universo letrado, na idade certa.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas para a alfabetização. Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências. Aquisição da leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Trabalho Intermitente e uberização do trabalho limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 11-22.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências**. Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.
- CARAÇA, B. J. **Conceitos fundamentais de matemática**. 9. Ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998.
- DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. p. 83-120.
- FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FRADE, I. C. A. DA S. UM OLHAR SOBRE PROCESSOS E DESAFIOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS DA ALFABETIZAÇÃO. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 16, p. 57-72, 24 mar. 2022.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

MORAIS, A. G. DE. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL, HOJE: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 16, p. 1-14, 24 mar. 2022.

MORTATTI, M. do R. L. O I Seminário Internacional sobre história do ensino de leitura e escrita. *In*: MORTATTI, M. do R. L. (org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 1-21.

NOGUEIRA, G. M.; LAPUENTE, J. S. M.. TEMPO DE APRENDER: um desserviço para a alfabetização no brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 16, p. 117-136, 24 mar. 2022.

PEDRALLI, R. A autonomia docente como foco das políticas públicas para alfabetização: ainda e sempre uma luta (de classes). **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 16, p. 44-56, 24 mar. 2022.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro>.

UNICEF Brasil, Cenpec Educação. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação**. Dados publicados no site da estratégia Busca Ativa Escolar (buscaativaescolar.org.br) do UNICEF e parceiros. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/04/pesquisa-unicef-exclusao-escolar-29abr2021.pdf>

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.